



TERMO DE ACORDO

TERMO DE ACORDO Nº 87/2026-PGE/CCMA

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, pessoa jurídica de direito público de natureza autárquica, inscrita no CNPJ nº 03.520.933/0001-06, representada por sua Presidente, **ELIANE SIMONINI BALTAZAR**, com orientação jurídica do Procurador do Estado, **MATEUS BENINCA**, OAB/GO nº 74.600, doravante denominada como **PRIMEIRA ACORDANTE**; **MARINA PEREIRA RIBEIRO BENEDETI**, inscrita no CPF sob o nº *****.695.198-****, doravante denominada **SEGUNDA ACORDANTE**; com a anuência de seu cônjuge **MATEUS ALEXANDRE GARCIA SAAB BENEDETI**, inscrito no CPF sob o nº *****.569.578-****, doravante denominado **CÔNJUGE ANUENTE**, representados por seu procurador constituído com poderes especiais, **PEDRO DE ALMEIDA PINHEIRO BASTOS**, OAB/GO nº 44.857-A; com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar estadual nº 144/2018; artigo 38-A da Lei Complementar estadual nº 58/2006; artigo 3º, §2º, CPC/2015, bem como o que consta nos autos SEI nº 202600036004421, resolvem firmar o presente termo de acordo no âmbito da **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM ESTADUAL - CCMA**, mediante a observância das cláusulas e condições abaixo especificadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA JUSTIFICATIVA**

1.1. Trata-se de encaminhamento realizado pela Procuradoria Setorial da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes, por meio do Parecer Jurídico GOINFRA/PR-PROSET-CJ nº 217/2026 ([91741233](#)), a respeito de pedido administrativo de indenização, formulado pela SEGUNDA ACORDANTE, proprietária do imóvel rural denominado Fazenda Pombas, lugar denominado Lagoa Cercada e São José do Jataí, localizado no município de Vicentinópolis-GO, registrado nas matrículas nº 2.401 e 2.402, no Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Judiciário de Vicentinópolis-GO, da Comarca de Pontalina - GO, atingida pelas obras de implantação, restauração, conservação e pavimentação da Rodovia GO-488, no trecho Entroncamento GO-210 – Entroncamento GO-595.

1.2. De acordo com os Laudos de Avaliação 062/2026 (89652692) e 069/2026 (89652763), concluiu-se que o valor de mercado referente à área de 0,1176 hectares corresponde ao montante de R\$ 10.820,00 (dez mil oitocentos e vinte reais), e o valor de mercado referente à área de 1,8055 hectares corresponde ao montante de R\$ 171.661,00 (cento e setenta e um mil seiscentos e sessenta e um reais), respectivamente, sendo que o valor total da indenização é de R\$ 182.481,00 (cento e oitenta e dois mil e quatrocentos e oitenta e um reais), tendo sido declarada a área como de utilidade pública pelo Decreto de Utilidade Pública nº

10.880/2026, de 18 de março de 2026 (89912560).

1.3. Ressalta-se que a SEGUNDA ACORDANTE não aceitou realizar a doação das áreas de 0,1176 hectares e 1,8055 hectares, conforme termo de discordância de doação ([90717450](#)). Todavia, anuiu com o valor da indenização ofertada, conforme se verifica no Termo de oferta de indenização, devidamente assinado ([90698019](#)). Além disso, por meio do Despacho nº 1239/2026/GOINFRA/FI-GEORC (91550210), a Gerência de Execução Orçamentária manifestou haver disponibilidade orçamentária para realizar o pagamento, sendo os autos encaminhados à Procuradoria Setorial para confecção do parecer jurídico acerca da regularidade do procedimento.

1.4. A Procuradoria Setorial, por conseguinte, concluiu pela juridicidade do processo de desapropriação, conforme o Parecer Jurídico nº G217/GOINFRA/PR-PROSET-CJ (91741233), e mencionou que consta na certidão de matrícula nº 2.401 a existência de Alienação Fiduciária em garantia a uma Cédula de Produto Rural (CPR), registrada no R.09, em favor da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança Sicredi Aliança PR/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.052.122/0001-81. Diante disso, condicionou a juridicidade do ajuste à notificação da instituição credora fiduciária, informando sobre a ocorrência da desapropriação.

1.5. Posteriormente, foi juntada aos autos autorização da Presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes, a Sra. Eliane Simonini Baltazar, para pagamento de indenização referente à desapropriação de área atingida pelas obras de implantação, restauração, conservação e pavimentação da Rodovia GO-488, no trecho Entroncamento GO-210 e Entroncamento GO-595 ([91924408](#)).

1.6. Em 29/06/2026, foi realizado juízo positivo de admissibilidade pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, acatando a submissão do requerimento de resolução consensual ([92356672](#)).

1.7. A atuação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual é regida pelos princípios da independência, da imparcialidade do(a) mediador(a), da autonomia da vontade dos interessados, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade, da boa-fé e da decisão informada, previstos no artigo 166, Código de Processo Civil/2015 e artigo 2º, §1º, Lei Complementar estadual n. 144/2018.

1.8. Nos termos do artigo 29, Lei Complementar estadual n. 144/2018, autorizada aos(às) Procuradores(as) do Estado a viabilização de acordos, desde que a pretensão econômica não ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos.

1.9. O mesmo diploma legal estabelece em seu artigo 1º, enquanto princípio na celebração dos acordos pela Administração Pública, a redução do dispêndio de recursos públicos na instauração, condução e acompanhamento de processos administrativos e judiciais, nos quais os custos suprem o potencial benefício decorrente dos prognósticos dos seus resultados, o que se verifica no particular.

1.10. Considerando, por fim, que a celebração de acordo é recomendada pelos princípios da isonomia, efetividade, eficiência, economicidade e vantajosidade, resolvem as partes, com fundamento nos dispositivos legais retromencionados e nos princípios referenciados, firmar o presente, observadas as condições abaixo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem como objetivo dispor sobre a indenização desapropriatória das áreas de 0,1176 hectares e 1,8055 hectares do imóvel rural denominado Fazenda Pombas, lugar denominado Lagoa Cercada e São José do Jataí, localizado no município de Vicentinópolis-GO, registrado nas matrículas nº 2.401 e 2.402, no Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Judiciário de Vicentinópolis-GO, da Comarca de Pontalina - GO, atingido pelas obras de implantação, restauração, conservação e pavimentação da Rodovia GO-488, no trecho Entroncamento GO-210 - Entroncamento GO-595, de propriedade da SEGUNDA ACORDANTE, conforme descrição pormenorizada constante nos Laudos de Avaliação 062/2026 (89652692) e 069/2026 (89652763), mapas e memoriais descritivos ([89016167](#), [89015805](#), [89016249](#), 89015884).

2.2. A SEGUNDA ACORDANTE declara ser legítima possuidora do referido imóvel rural identificado no bojo do processo administrativo SEI sob nº 202600036004421, conforme mapas e memoriais descritivos ([89016167](#), [89015805](#), [89016249](#), 89015884) anexos aos autos.

2.3. A referida área foi declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Decreto de Utilidade Pública nº 10.880/2026, de 18 de março de 2026 (89912560), e para efeito de desapropriação ficou estabelecido o valor de R\$ 182.481,00 (cento e oitenta e dois mil e quatrocentos e oitenta e um reais), a título de indenização, segundo os laudos de avaliação, nos termos do art. 10-A, caput, do Decreto-Lei 3.365/1941, conforme consta no processo SEI sob nº 202600036004421, com o qual concorda a SEGUNDA ACORDANTE ([90698019](#)).

2.4. A SEGUNDA ACORDANTE concorda com a desapropriação da referida área e acessões físicas e naturais existentes, obrigando-se a transferi-la à PRIMEIRA ACORDANTE livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais.

2.5. A PRIMEIRA ACORDANTE pagará à SEGUNDA ACORDANTE, a título de indenização global pela desapropriação administrativa, o valor certo e justo de R\$ 182.481,00 (cento e oitenta e dois mil e quatrocentos e oitenta e um reais), em obediência ao justo e prévio pagamento a que se refere a Constituição Federal/1988 e conforme os laudos de avaliação do imóvel constante nos autos (89652692, 89652763);

§1º O depósito será realizado pela PRIMEIRA ACORDANTE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do presente termo de acordo, em conta bancária de titularidade da SEGUNDA ACORDANTE ([89821959](#)), vinculado à disponibilidade orçamentária da PRIMEIRA ACORDANTE, condicionada a eventual liberação de ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais, na matrícula do imóvel que será transferido à PRIMEIRA ACORDANTE.

§2º O pagamento deverá ocorrer exclusivamente em nome da SEGUNDA ACORDANTE que consta na matrícula, excluindo-se qualquer possibilidade de pagamento em nome de procuradores ou terceiros, conforme dispõe o Parecer Jurídico GOINFRA/PR-PROSET-CJ nº 217/2026 ([91741233](#)), sem a incidência de juros, atualização monetária, honorários advocatícios ou quaisquer outros consectários.

§3º O presente termo de acordo constitui instrumento hábil para registro e transferência do imóvel suprarreferido junto ao correspondente Cartório de Registro de Imóveis.

2.6. A PRIMEIRA ACORDANTE será imitada na posse da área descrita na Cláusula 2.1, na data de assinatura do presente acordo, podendo nela ingressar a partir de referida data e realizar obras e serviços preliminares, independentemente da lavratura da escritura pública e correspondente registro em cartório, oportunidade em que passa a assumir todos os encargos tributários e cíveis, e todos os direitos de propriedade que incidam sobre a área utilizada, sendo reputada desapropriada para todos os efeitos legais, nos termos do Decreto-Lei 3.365/1941;

Parágrafo único - A SEGUNDA ACORDANTE compromete-se a desocupar imediatamente a referida área, com seus familiares, colonos, empregados, posseiros ou quaisquer outras pessoas que nela estejam localizadas, a que título for, os quais ficam, nestes termos, notificados das necessidades de desocupação, bem como pela retirada de animais domésticos; responsabilizando-se pelo pagamento de quaisquer indenizações devidas ou que venham a ser devidas no que se refere a direitos trabalhistas, previdenciários, contratuais ou possessórios sobre as áreas objeto desta escritura ou em decorrência dela, seja qual for a natureza ou o fundamento de tais direitos, ficando expressamente vedada a retirada de cercas existentes nas propriedades, principalmente, as de divisas, sendo vedado, também, construir ou permitir que construam qualquer benfeitoria na área em questão, e admitir empregados, colonos ou trabalhadores para o local indicado.

2.7. Em consonância com a orientação do Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado, consubstanciada no Despacho nº 2066/2025/GAB-PGE, e diante da existência de Alienação Fiduciária em favor da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança Sicredi Aliança PR/SP, conforme registro R.09/M.2.401, averbada na certidão de inteiro teor da matrícula nº 2.401, condicionou-se a celebração do presente ajuste à notificação prévia da instituição credora fiduciária, para fins de ciência quanto ao ato desapropriatório.

2.8. O presente ajuste importa em renúncia a eventuais direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico, nada mais tendo a SEGUNDA ACORDANTE a reclamar em qualquer instância administrativa ou judicial, em especial quaisquer outras discussões sobre a desapropriação, mormente incidência de juros compensatórios, moratórios, correção monetária, dentre outros.

Parágrafo único. Uma vez realizado o pagamento pela PRIMEIRA ACORDANTE, será a quitação considerada plena, geral e irrevogável pela SEGUNDA ACORDANTE.

2.9. O descumprimento do ajuste por alguma das partes implicará a rescisão do presente acordo intermediado pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual, com cuja atuação a SEGUNDA ACORDANTE manifesta expressa concordância, mediante subscrição do presente termo de acordo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO

3.1. O presente ajuste importa em renúncia a eventuais direitos decorrentes dos mesmos fatos ou fundamentos jurídicos, assim como em renúncia a custas e honorários advocatícios.

3.2. O presente ajuste possui caráter intransferível, irrevogável e irretratável.

3.3. O termo de acordo será publicado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-

Geral do Estado de Goiás, nos termos do art. 33 da Lei Complementar estadual nº 144/2018.

3.4. As controvérsias eventualmente surgidas quanto a esse acordo poderão ser submetidas à tentativa de conciliação e mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, na forma da Lei Complementar estadual nº 144/2018.

3.5. O ajuste entabulado, com fundamento no art. 16, §2º, da Lei Complementar estadual nº 144/2018, e no art. 20, parágrafo único, da Lei federal n. 13.140/2015, constitui título executivo extrajudicial e, caso homologado judicialmente, título executivo judicial.

3.6. Nos termos do [Despacho nº 1784/2023/GAB](#), caberá exclusivamente à PRIMEIRA ACORDANTE o controle e monitoramento da execução das obrigações assumidas pela outra parte, mediante fluxos internamente definidos, uma vez que a CCMA não tem competência para fiscalizar o cumprimento, pelas partes acordantes, das obrigações materializadas em termo de acordo. As controvérsias eventualmente surgidas durante a execução poderão ser submetidas a nova tentativa de conciliação e mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, na forma da Lei Complementar estadual n. 144/2018, mediante requerimento de quaisquer das partes.

Diante do exposto, observados os preceitos legais atinentes ao caso, firmam as partes o presente acordo.

Goiânia, 29 de junho de 2026.

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes
Eliane Simonini Baltazar
Presidente
(Assinatura eletrônica)

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes
Mateus Beninca
Procurador do Estado
OAB/GO nº 74.600
(Assinatura eletrônica)

Documento assinado digitalmente
 MARINA PEREIRA RIBEIRO BENEDETI
Data: 23/09/2026 14:17:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marina Pereira Ribeiro Benedeti
CPF nº ***.695.198-**

Segunda Acordante

Documento assinado digitalmente
gov.br MATEUS ALEXANDRE GARCIA SAAB BENEDETI
Data: 23/09/2026 15:58:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mateus Alexandre Garcia Saab Benedeti

CPF nº ***.569.578-**

Cônjuge Anuente

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO DE ALMEIDA PINHEIRO BASTOS
Data: 23/09/2026 15:10:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pedro de Almeida Pinheiro Bastos

OAB/GO nº 44.857-A

Advogado

Segunda Acordante e Cônjuge Anuente

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual

Giorgia Kristiny dos Santos Adad

Mediadora

OAB/GO nº 65.155

(Assinatura Eletrônica)



Documento assinado eletronicamente por **GIORGIA KRISTINY DOS SANTOS ADAD, Procurador (a) do Estado**, em 30/06/2026, às 17:26, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS BENINCA, Procurador (a) do Estado**, em 11/09/2026, às 12:00, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE SIMONINI BALTAZAR, Presidente**, em 18/09/2026, às 09:58, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **92356810** e o código CRC **782C6A53**.

	CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM RUA 2 293 Qd.D-02 Lt.20, ESQ. COM A AVENIDA REPÚBLICA DO LÍBANO, ED. REPUBLICA TOWER - Bairro SETOR OESTE - GOIANIA - GO - CEP 74110-130 - (62)3252-8276.	
--	---	--



Referência: Processo nº 202600036004421



SEI 92356810